

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.953 - SP (2019/0008476-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA ALVARENGA
ADVOGADOS : ANTÔNIO ALMUSSA FILHO E OUTRO(S) - SP038044
CLAUDEMIR DONIZETH FACIOLI - SP121160
AGRAVADO : MAFALDA RIBEIRO ALVARENGA
ADVOGADO : HILÁRIO WALTER DO VALE JUNIOR - SP277064

EMENTA

CIVIL. PARTILHA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO INFIRMA OBJETIVAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MAFALDA RIBEIRO ALVARENGA (MAFALDA) ajuizou ação anulatória de partilha de herança contra MARIA APARECIDA ALVARENGA (MARIA), sob a alegação de irregularidades nos autos de inventário.

A sentença que deu pela improcedência do pedido em razão da decadência e extinguiu o feito com base no art. 269, IV, do CPC/73, foi reformada em grau de apelação conforme acórdão assim ementado:

Ação ordinária Pretendida anulação de renúncia à herança e de partilha homologada nos autos de arrolamento de bens Sentença que extinguiu o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil de 1973, ante o reconhecimento de decadência Recurso de apelação interposto pela autora Homologação de partilha realizada a partir de renúncia a direitos hereditários que não teria observado a forma prescrita em lei Nulidade de natureza absoluta, não sujeita a decadência ou prescrição Decadência que deve ser afastada Renúncia a direitos hereditários que configura doação e somente pode ser realizada mediante escritura pública (Código Civil, artigo 1.793) ou termo nos autos do processo de inventário, desde que recolhido o ITCMD devido a título de doação Precedentes Hipótese em que a renúncia da autora à cota-parte da herança deixada pelo de cujus foi comunicada mediante simples petição nos autos do arrolamento de bens, subscrita por advogado que sequer tinha poderes para repr esentá-la Suposta doação de direitos hereditários que, além de não corresponder à vontade das partes, não observou a forma prescrita em lei Reconhecimento da nulidade que era de rigor, tanto em relação à

renúncia a direitos hereditários quanto em relação à partilha homologada nos autos do arrolamento de bens Recurso provido para afastar a decadência e, desde logo, julgar procedente a ação.

Dá-se provimento ao recurso de apelação para afastar a decadência e, desde logo, julgar procedente a ação (e-STJ, fl. 174).

Irresignada, MARIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF onde alegou violação aos arts. 2015, 2017 e 2027 do CC/02, pelos fundamentos assim sintetizados (1) tendo ocorrido a participação da recorrida na partilha apresentada para homologação em Juízo atendeu-se às formalidades prescritas para o ato; (2) a falta do recolhimento de imposto em decorrência da renúncia não representa sua nulidade; (3) estabelecido que o documento da partilha atende ao disposto no art. 2.015 do CC/02 e, não tendo sido ele declarado nulo, o prazo decadencial é aquele constante do art.2.027 do citado diploma.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 198/203).

O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos legais arrolados; (2) incidência da Súmula nº 7 do STJ.

MARIA ingressou com agravo em recurso especial onde afirmou que as condições de admissibilidade foram cumpridas e reiterou os fundamentos do recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não comporta conhecimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

No mais, observa-se que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada, deixando de refutar, de forma arrazoada os seus esteios, especialmente a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Em sua petição recursal, agravante restringiu-se a alegar no preâmbulo de sua petição de agravo, que *não se busca com o remédio o reexame de matéria fática, mas tão somente àquela de direito que se refere ao conhecimento de mérito*, passando em seguida a reprisar os termos do recurso especial (e-STJ, fl. 215).

Na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve a parte não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

A obediência ao princípio da dialeticidade, exige dos agravantes o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se fundou a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado

pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015.

III - Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016).

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator